

BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE: uma avaliação das bases de dados em Arquivologia através do *AccessMonitor*¹

BEST PRACTICES IN ACCESSIBILITY: an evaluation of databases in archival science using *AccessMonitor*

Maria Eduarda dos Santos de Sousa*
Maria Meriane Vieira da Rocha**

RESUMO

A acessibilidade refere-se à prática de criar ambientes, produtos, serviços e tecnologias de forma a garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais, cognitivas ou de outras características, possam participar plenamente da sociedade, em especial da sociedade da informação. Nesse contexto, a Arquivologia também se volta para essa questão, inclusive na maneira de pesquisar. Pensando nisso, este estudo propõe investigar as práticas de acessibilidade adotadas na Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileira (PAB) e na Base de Dados em Arquivística (BDA) no Brasil, visando compreender como essas estratégias contribuem para a inclusão digital de pessoas com diferentes habilidades. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, com abordagem quali-quantitativa, na qual a acessibilidade foi avaliada utilizando o validador *AccessMonitor*. Os resultados dessa avaliação indicaram que essas bases são razoavelmente adequadas à maioria das diretrizes propostas pela *WCAG 2.1*.

Palavras-chave: bases de dados; acessibilidade; tecnologias assistivas.

ABSTRACT

Accessibility refers to the practice of creating environments, products, services, and technologies in a way that ensures all people, regardless of their physical, sensory, cognitive abilities, or other characteristics, can fully participate in society. In this context, Archival Science also pays attention to this field and manner of research. With this in mind, this study proposes to investigate the accessibility practices adopted in archival science databases in Brazil, aiming to understand how these strategies contribute to the

¹ Artigo atualizado, oriundo da comunicação oral realizada no X Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) em Salvador, Bahia, entre 14 e 18 de outubro de 2024.

* Arquivista. Mestranda em Ciência da Informação. E-mail: sousameduardas@gmail.com

** Doutora e Mestre em Ciência da Informação. Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística.



digital inclusion of people with different abilities. This is an exploratory-descriptive research with a quali-quantitative approach, where accessibility was assessed using the AccessMonitor evaluator. The partial results of this evaluation indicated that these databases are reasonably compliant with most of the guidelines proposed by *WCAG 2.1*.

Keywords: databases; accessibility; assistive technologies.

1 INTRODUÇÃO

A integração de ferramentas tornou-se cada vez mais essencial para garantir acessibilidade em ambientes digitais. De acordo com Souza e Tabosa (2014), a expansão do acesso e disponibilidade de informações tem gerado preocupações quanto à sua organização e recuperação, com ênfase especial no acesso para todos. À medida que a tecnologia continua a evoluir, a necessidade de atender usuários com diversas habilidades, torna-se uma prioridade para desenvolvedores e profissionais da informação.

Ao que tange a Arquivologia, os estudos sobre a acessibilidade digital são cada vez mais pertinentes. Atualmente, as instituições têm o dever de garantir que suas páginas na *web* sejam acessíveis a todos os usuários, utilizando inclusive as chamadas Tecnologias Assistivas (TA's). Entretanto, embora existam essas recomendações e normas técnicas para acessibilidade (*Web Content Accessibility Guidelines* e o e-MAG do Governo Brasileiro, por exemplo), não parecem ser suficientes para sanar os problemas com acessibilidade (Guimarães, 2021).

Trazendo essa discussão para o âmbito acadêmico, de forma mais específica, verifica-se que novos aparatos tecnológicos vêm surgindo trazendo consigo o potencial de garantir a democratização educacional, comunicacional e informacional. Entre esses aparatos, estão as Bases de Dados que “representam uma tecnologia que auxilia o gerenciamento da informação para tomada de decisão, trazendo vantagens nas atividades de armazenamento, recuperação e disponibilização da informação” (Silva, 2021, p. 08). Todavia, nota-se que nem sempre essas Bases estão preparadas para concluir sua função primária, não se adequando às políticas humanas e tecnológicas que visam a integração de todos os usuários.

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa propõe-se a estudar essa sistemática



da acessibilidade digital, sob a perspectiva das Bases de Dados em Arquivologia no país, especificamente a Base de Dados em Arquivística (BDA) e a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB). Pois, torna-se imprescindível que haja um estudo ao que tange às questões de acessibilidade nessas duas bases, que estão em constante processo de divulgação ante a comunidade científica da área (Rocha, 2021).

Destarte, o interesse em explorar o tema surgiu mediante estudos relacionados à Arquitetura da Informação, cujo principal objetivo é facilitar o acesso, a compreensão e a navegação pelas informações, proporcionando uma experiência intuitiva e eficiente aos sujeitos. Com base na vivência na pesquisa supracitada, e em consonância às demandas advindas da utilização de ambas as bases, pôde-se despertar sobre a importância desses instrumentos para institucionalização da área, bem como na premissa de que há lacunas a serem preenchidas ao que tange os aspectos relativos à usabilidade e acessibilidade.

Nesse ínterim, refletindo sobre os pontos mencionados anteriormente, elaborou-se a seguinte questão norteadora: **Como as boas práticas de acessibilidade são implementadas e avaliadas nas bases de dados em Arquivologia no Brasil, conforme os critérios e métricas do *AccessMonitor*?**

Diante dessa questão norteadora, este ensaio tem como objetivo geral investigar e analisar as práticas de acessibilidade adotadas pela BDA e pela PAB, com foco na integração de tecnologias assistivas, visando compreender como essas estratégias contribuem para a inclusão digital de pessoas com diferentes habilidades. Logo, para garantir o alcance desse objetivo maior, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Avaliar as Bases de Dados em Arquivologia BDA e PAB com o *AccessMonitor*;
- b) Identificar os recursos de acessibilidade presentes nessas bases;
- c) Comparar as abordagens e estratégias adotadas por ambas as bases;

No que diz respeito ao percurso metodológico, este foi realizado em duas etapas. A priori, buscou-se fazer uma pesquisa bibliográfica, para compreender os conceitos fundamentais relacionados à acessibilidade, tecnologias assistivas e Bases de Dados no cenário da Arquivologia brasileira. Para a segunda parte, a proposta foi utilizar-se de testes exploratórios para verificar a conformidade com o padrão de acessibilidade WCAG 2.1 (norma internacional de acessibilidade).²

² WCAG 2.1 refere-se ao *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1*, que é um conjunto de diretrizes



A partir dessa análise entre teoria e prática, surgem perspectivas promissoras para explorar como as tecnologias assistivas podem ser integradas nas Bases. Essa investigação não apenas pretende contribuir para o avanço no debate sobre acessibilidade na Arquivologia, mas também tem o potencial de sugerir boas práticas para as organizações e para a sociedade como um todo, ao tornar os serviços mais acessíveis e inclusivos, independentemente da capacidade física ou cognitiva dos sujeitos informacionais. Espera-se, portanto, que este trabalho seja ampliado e divulgado.

2 O CENÁRIO DA ACESSIBILIDADE NO BRASIL E NA ARQUIVOLOGIA

De acordo com o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil 45 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência. Entre esses, cerca de 10 milhões possuem deficiência auditiva, o que representa aproximadamente 5% da população. Esses números são significativos e mostram a importância de políticas públicas e ações voltadas também para a inclusão das pessoas com deficiência visual. A falta dessas ações é um desafio para essas pessoas, tornando importante investir em estruturas e serviços que facilitem sua mobilidade e participação na sociedade.

Segundo o Instituto, 23,9% dos brasileiros possuem pelo menos uma das deficiências investigadas, que incluem deficiência visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência dessas deficiências varia, sendo que a deficiência visual é a mais comum, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, presente em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, com 5,10%, e da deficiência mental ou intelectual, com 1,40% (IBGE, 2010).

Nesse contexto, nota-se uma escassez de informações disponíveis em formatos acessíveis e muitas necessidades de comunicação das pessoas com deficiência não são atendidas (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DEFICIÊNCIA, 2011). Além disso, as pessoas com deficiência usam significativamente menos tecnologias da informação e comunicação do que aquelas sem deficiência, e em alguns casos podem ser completamente impedidas de acessar produtos e serviços básicos, como telefones, televisores e internet.

Nessa perspectiva, se faz necessário inserir cada vez mais discussões sobre

desenvolvidas pelo *World Wide Web Consortium* (W3C). Essas diretrizes são destinadas a tornar o conteúdo da web mais acessível.



Acessibilidade na *Web*, termo utilizado para descrever a capacidade das pessoas com ou sem deficiência de perceber, entender, navegar e interagir com a *internet* (Pereira *et al.*, 2013). Pinto e Vieira (2019, p. 150), afirmam que a acessibilidade "soma-se a uma concepção de acessibilidade *Web*, que objetiva promover um trânsito amplo e democrático nos seus mais diversos espaços e ferramentas: *Sites*, formatos, leitores eletrônicos e outras ferramentas que as pessoas usam para interagir com as informações."

No Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 19) a palavra acessibilidade é definida como a "condição ou possibilidade de acesso a serviços de referência, informação, documentação e comunicação". Os termos "condição ou possibilidade de acesso" indicam que a acessibilidade é determinada tanto por condições objetivas quanto pela potencialidade de acessar informações. Ou seja, a definição demonstra que, a condição refere-se às circunstâncias ou requisitos necessários para que o acesso seja viável, enquanto a possibilidade sugere a existência de meios ou oportunidades para acessar os serviços.

Observa-se através dos conceitos a natureza multifacetada da acessibilidade, que não se limita apenas ao acesso físico aos documentos, mas também envolve a capacidade de interagir e utilizar diferentes serviços que suportam a descoberta e uso da informação arquivística. A Lei de Acessibilidade (Lei 10.908 de 19 de dezembro de 2000), alinha-se a essa perspectiva quando refere-se a "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias [...]" (Brasil, 2000, p. 1). Esta lei destaca que a segurança e a autonomia devem ser elementos fundamentais da acessibilidade, assegurando que os espaços, serviços ou ambientes virtuais sejam não apenas acessíveis, mas também seguros e utilizáveis sem depender de assistência constante.

Embora o conceito da Arquivologia não mencione diretamente esses aspectos, a ideia subjacente de permitir o acesso a serviços essenciais também implica a necessidade de que esse acesso seja dado aos sujeitos informacionais visando a qualidade e autonomia. A Lei de Acesso à Informação (LAI), trata da obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas promoverem acesso, ou seja, de disponibilizarem, independentemente de solicitações, informações de interesse coletivo, e ainda destaca a adoção de medidas para possibilitar a qualidade de acesso nos portais.



Dando continuidade a essa premissa, a Arquivologia, devido ao seu caráter pós-custodial e seu papel social, incorpora em sua gênese e na legislação arquivística esses e outros aspectos que sustentam o acesso universal e a acessibilidade, ainda que indiretamente em certos casos. Isso reflete o compromisso da área com a inclusão e o acesso, considerando a importância de assegurar que as informações arquivísticas estejam acessíveis a todos, em conformidade com os princípios de transparência, equidade e justiça social.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem um caráter exploratório-descritivo, inicialmente volta-se para uma compreensão mais aprofundada do tema, fornecendo meios para investigações. Conforme Zikmund (2000) indica que, a pesquisa exploratória é valiosa para diagnosticar situações e explorar novas ideias, mesmo que o pesquisador tenha algum domínio sobre o assunto. Define-se também como descritiva, pois descreve os fenômenos relacionados à acessibilidade na PAB e na BDA.

Entre as diferentes abordagens que podem ajudar a definir o caminho da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa. Assis (2008, p. 14) destaca que a abordagem qualitativa permite considerar "uma interação dinâmica entre a realidade e o sujeito, ou seja, uma ligação inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números". Nessa abordagem, o pesquisador analisa os dados de forma indutiva, em um contexto conhecido como ambiente natural.

Como elencado, primeiramente foi conduzida uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de revisar a literatura e compreender os conceitos essenciais relacionados à acessibilidade, tecnologias assistivas e Bases de Dados no contexto da Arquivologia no Brasil. Na segunda etapa, foram realizados testes exploratórios para avaliar a conformidade das Bases com o padrão internacional de acessibilidade WCAG 2.1.

Na condução deste estudo, optou-se por utilizar o *AccessMonitor* como mecanismo central para avaliar. A motivação para a escolha foi fundamentada em diversas razões que justificam sua relevância e eficácia, dado o padrão internacional. Pode-se afirmar, que o avaliador contribuiu significativamente para a obtenção de



insights valiosos sobre a acessibilidade de recursos *online*, fundamentais para os objetivos e conclusões desta pesquisa.

O *AccessMonitor* é uma ferramenta avaliadora que simplifica o processo de avaliação da acessibilidade de um *Site*. Com sua interface intuitiva, permite avaliar automaticamente a conformidade de um *Site* com os padrões de acessibilidade estabelecidos pelo *WCAG (Web Content Accessibility Guidelines)*. Para realizar a avaliação da acessibilidade de um *Site*, o usuário pode optar por três formas de entrada: fornecer a URL do *Site*, *upload* de um arquivo com o código fonte ou colar diretamente o código.

Ao final da avaliação, o *AccessMonitor* fornece um relatório abrangente incluindo uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), que representa o nível de conformidade do ambiente avaliado com as diretrizes de acessibilidade selecionadas (A, AA e AAA), e ainda uma lista detalhada dos erros e recomendações identificados durante a avaliação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme mencionado, o avaliador atribui uma nota após a avaliação, e essa nota é com base em critérios que podem ser observados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Níveis de avaliação do *AccessMonitor*

A (Nível Básico)	Este é o nível mais básico e cobre as questões de acessibilidade mais críticas. Se um <i>site</i> atende apenas aos critérios do nível A, significa que ele removeu as barreiras mais graves, mas ainda pode haver muitos obstáculos.
AA (Nível Médio)	Este nível abrange todos os critérios de nível A, além de um conjunto adicional de critérios que lidam com questões mais complexas de acessibilidade. Quando atingido o nível AA, ele oferece uma boa acessibilidade, adequada para a maioria dos usuários.
AAA (Nível Avançado)	Este é o nível mais alto de conformidade e inclui todos os critérios dos níveis A e AA, além de requisitos adicionais para maximizar a acessibilidade. No entanto, atingir o nível AAA para todos os conteúdos de um site não é obrigatório, pois em alguns casos pode ser muito difícil ou impraticável. Ou seja, atingir o nível AAA oferece o máximo de acessibilidade possível, mas atingir esse nível pode ser difícil para todos os tipos de conteúdo.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As diretrizes são divididas em três níveis de conformidade: A, AA e AAA. Esses níveis indicam o grau de acessibilidade que um ambiente digital atinge. O *AccessMonitor*



é uma ferramenta que verifica automaticamente o cumprimento desses critérios de acessibilidade em um ambiente. Quando avalia-se com este, ele verifica quantos e quais dos critérios de cada nível o objeto avaliado atende.

4.1 Resultados da aplicação do validador

Na avaliação da **BDA**, o validador atribuiu uma nota de 9,0. Foram encontradas 31 práticas, sendo: 23 aceitáveis, destas, 16 estão no nível "A", e 7 (sete) no nível "AA"; 5 (cinco) práticas precisam ser verificadas manualmente, sendo que 2 (duas) estão no nível "A", e 3 (três) no nível "AAA"; 3 (três) práticas foram consideradas não aceitáveis, todas as 3 (três) estão no nível "A".

Quadro 2 - Resultados da avaliação da BDA

Tipo de prática	Total	A	AA	AAA
Aceitáveis	23	16	7	0
Para ver manualmente	5	2	0	3
Não aceitáveis	3	3	0	0
Total	31	21	7	3

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As 5 (cinco) práticas que necessitam de uma verificação manual, sugere que essas práticas podem ter características que não são facilmente avaliadas automaticamente ou que exigem uma análise mais detalhada. Embora haja um bom nível de conformidade com as práticas de acessibilidade em níveis básicos, há uma lacuna significativa nos níveis mais avançados, e algumas áreas fundamentais ainda precisam de atenção para evitar práticas não aceitáveis.

Entre essas 3 (três) não aceitáveis, considera-se: posicionamento adequado de “etiquetas”, repetição de *links* dentro das páginas e *links* sem salto para o conteúdo principal. Para melhoria desses ítems, sugere-se não repetir o texto do *link* no atributo, fornecendo assim informações complementares; adicionar um *link* no topo da página para pular para o conteúdo principal, sempre visível ao receber foco; posicionar as etiquetas imediatamente antes dos campos ou logo após.



Ao que tange a PAB, obteve-se os seguintes resultados:

Quadro 3 - Resultados da avaliação da PAB

Tipo de prática	Total	A	AA	AAA
Aceitáveis	27	17	10	0
Para ver manualmente	7	4	0	3
Não aceitáveis	7	4	2	1
Total	41	25	12	4

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com o validador, a pontuação estabelecida à **PAB** é de 8,6. Foram encontradas 41 práticas, sendo: 27 práticas foram consideradas aceitáveis, destas, 17 estão no nível "A" e 10 no nível "AA"; 7 (sete) práticas precisam ser verificadas manualmente, sendo 4 (quatro) estão no nível "A" e 3 (três) no nível "AAA"; 7 (sete) práticas foram consideradas não aceitáveis, destas, (4) quatro estão no nível "A", 2 (duas) no nível "AA", e 1 (uma) no nível "AAA".

O quadro sugere que, embora haja conformidade em muitos aspectos de acessibilidade, ainda existem áreas que precisam de atenção, especialmente para atender aos padrões mais elevados (AAA) e resolver as práticas não aceitáveis.

Em resumo, os pontos mais recorrentes são: a hiperligação não permite saltar para o conteúdo (nesse caso aponta-se para o recurso de contraste, que não está funcionando no momento da validação); 2 (dois) *links* para o mesmo recurso; cabeçalhos com salto(s) de nível hierárquico incorretos; tamanho da fonte insuficientes e ausência de atributos *alt* (texto alternativo) para fornecer uma descrição ou um texto alternativo para a imagem (nesse último caso, acredita-se que a imagem que o validador se refere, seja a identidade visual, e esta contém a descrição de sua representação e origem).

Para a correção dos pontos avaliados, sugere-se: verificar o recurso de contraste para garantir que ele não interfere na funcionalidade do *link* de salto; identificar os *links* que levam ao mesmo destino e remova a duplicação, deixando apenas um *link* claro; ajustar a ordem dos cabeçalhos para que sigam uma hierarquia, pois isso melhora a navegabilidade tanto para usuários que lêem visualmente quanto para aqueles que



utilizam leitores de tela; aumentar o tamanho mínimo da fonte, que é geralmente recomendado como o mínimo para leitura confortável.

Esses problemas e sugestões compreendem a avaliação das Bases, e destacam a melhoria da acessibilidade. A implementação das soluções sugeridas é fundamental para garantir que todos os usuários, independentemente de suas habilidades, possam navegar e interagir com o conteúdo. Ressalta-se também a importância de utilizar um validador de acessibilidade durante o processo de desenvolvimento e manutenção dos ambientes digitais. Esses validadores ajudam a identificar problemas que podem passar despercebidos pelos desenvolvedores.

4.2 Recursos de acessibilidade encontrados nas Bases

Na **BDA**, foi identificado apenas o recurso de acessibilidade Vlibras, que oferece tradução de textos em português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), facilitando o acesso para pessoas com deficiência auditiva. Enquanto na **PAB**, foram encontrados três recursos de acessibilidade: Vlibras, uma função de alto contraste, e uma ferramenta para alteração do tamanho da fonte. No entanto, durante o momento da pesquisa, a função de alteração de tamanho de fonte não estava funcionando corretamente, o que pode comprometer a usabilidade para pessoas com dificuldades visuais.

Este estudo procurou explorar algumas alternativas de TA's, das quais podem passar despercebidas no dia a dia. Entre essas tecnologias, algumas são de uso genérico que beneficiam todos os usuários em seu dia a dia, enquanto outras podem ser especificamente incluídas e adaptadas nas bases de dados para melhorar a acessibilidade.

Quadro 4 - Plugins de Tecnologias Assistivas disponíveis para ambientes virtuais

Plugin/Extensão	Descrição	Disponibilidade
LibrasGov	Plugin que traduz automaticamente textos de sites para Língua Brasileira de Sinais (Libras).	Disponível para Chrome e Firefox.
Hand Talk	Extensão que converte texto em português para Libras com a ajuda do intérprete virtual Hugo.	Disponível para Chrome.
Rybená	Plugin que oferece interpretação	Disponível para Chrome.



	automática de conteúdos textuais em Libras.	
ClaroRead	Extensão que oferece leitura de texto em voz alta e ferramentas de ampliação de texto.	Disponível para Chrome e Firefox.
Read&Write	Extensão que oferece suporte à leitura, escrita e estudo, incluindo leitura de texto e dicionário pictográfico.	Disponível para Chrome.
NoCoffee Vision Simulator	Plugin que simula diferentes condições visuais, permitindo que desenvolvedores testem a acessibilidade de seus sites.	Disponível para Chrome.
High Contrast	Extensão que permite alterar o esquema de cores para melhorar o contraste em páginas da web.	Disponível para Chrome.
OpenDyslexic	Plugin que aplica a fonte OpenDyslexic em sites para facilitar a leitura para pessoas com dislexia.	Disponível para Chrome e Firefox.
VoiceOver (Safari)	Leitor de tela embutido no navegador Safari, que lê em voz alta o conteúdo da tela.	Integrado no macOS e iOS.
Voz do Narrador (Edge)	Leitor de tela integrado ao navegador Edge, que oferece narração do conteúdo da página.	Integrado no Windows 10/11.
TalkBack (Android)	Leitor de tela para dispositivos Android, que facilita a navegação por comandos de voz.	Integrado no Android.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Para além desses exemplos elencados no quadro 1, recomenda-se fortemente o Repositório Tecnologia Assistiva e de Apoio (TASSIA), para a comunidade arquivística. O Tassia é coordenado pela Profa. Dra. Janicy Rocha da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e é projetado para reunir, organizar e disponibilizar softwares gratuitos de Tecnologia Assistiva em um único local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta proposta foi avaliar as Bases de Dados utilizando um validador específico para verificar a acessibilidade e a conformidade com os padrões estabelecidos. Os resultados mostraram que a aplicação do validador foi eficaz, permitindo identificar e



corrigir problemas, o que confirma o sucesso da metodologia empregada.

A acessibilidade digital garante que todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou limitações, possam acessar e interagir com o conteúdo online de maneira eficaz e sem barreiras. Alinhado a isso, as tecnologias assistivas desempenham um papel importante na promoção da acessibilidade, proporcionando recursos que ajudam as pessoas a navegar e interagir com a *Web*. Ferramentas de avaliação como o *AccessMonitor* são importantes para identificar problemas de acessibilidade e orientar a melhoria dos *Sites* e aplicativos, e inclusive, menciona-se aqui uma iniciativa similar brasileira que é o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES).

Percebeu-se, que as Bases de Dados PAB e BDA reconhecem a importância da acessibilidade e demonstram um compromisso efetivo com essa questão. Além disso, destaca-se que isso envolve não apenas seguir as diretrizes de acessibilidade, mas também priorizar a experiência do usuário incluindo: leitores de tela, ampliadores de tela, teclados virtuais e alternativos, e sistemas de comunicação alternativa e aumentativo, por exemplo. Ao investir em acessibilidade, cumprem-se não apenas obrigações legais, mas também promovem valores sociais.

Nota-se que ainda são poucos os debates na Arquivologia sobre a questão da acessibilidade, o que torna este estudo particularmente relevante. Nesse sentido, chama-se a atenção para essa demanda social, destacando oportunidades para a conscientização e discussão sobre o tema na área. O estudo serve como um ponto de partida, sugerindo o uso das diversas tecnologias assistivas que já estão disponíveis em nosso cotidiano, mas cujo potencial ainda não é totalmente explorado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.



ALBUQUERQUE, Alfram Roberto Rodrigues de; LIMA-MARQUES, Mamede. **SOBRE OS FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO. Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [S. l.], v. 1, p. 60–72, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/10827>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ASSIS, Márcia Cristina de **Metodologia do trabalho científico**. 2008. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf. Acesso em: 09 fev. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

BRASIL. Padrões Web em Governo Eletrônico e-PWG - **Cartilha de Usabilidade**. 2010. Disponível em: <https://epwg.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em: 29 de nov. 2022.

HOTT, Daniela Fracescutti Martins; FRAZ, Joseanne Neves. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 4, p. 199-210, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/198892>. Acesso em: 16 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticasnovoportais/sociais/educacao/9662-censodemografico2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 16 jul. 2023.

NIELSEN, Jakob; LORANGER, Hoa. **Usabilidade na web: projetando websites com qualidade**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

ROCHA, Maria Meriane Vieira da. **Um olhar sobre os Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil à luz do Regime de Informação**. 2021. 215 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

VIANNA, William Barbosa; PINTO, Adilson Luiz. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 125-151, 2017. DOI: 10.1590/1981-5344/2951 Acesso em: 27 jun. 2023.

